

Seguridade social, saúde e educação são prioridades no orçamento de 92

por Aristides R. de A. Filho de Brasília

O governo enviou ontem ao Congresso o projeto de lei orçamentária para o exercício de 1992. Os dados divulgados pelo secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Pullen Parente, contemplam aumentos reais de despesas para a Seguridade Social, saúde e educação. A agricultura e segurança pública sofrem cortes.

A receita da União para 1992 é estimada em Cr\$ 51,3 trilhões, a preços de abril de 1991. Desse total, Cr\$ 48,9 trilhões vêm do Tesouro e Cr\$ 2,3 trilhões de outras fontes.

As receitas ordinárias são estimadas em Cr\$ 4,6 trilhões. Outros Cr\$ 17,6 trilhões correspondem a recursos vinculados e Cr\$ 22,6 trilhões representam ingressos de operações de crédito, dos quais Cr\$ 22,1 trilhões de origem externa.

Do total de recursos do Tesouro, Cr\$ 22,3 trilhões provêm de receitas correntes, entre as quais destacam-se as contribuições, no valor de Cr\$ 11,9 trilhões.

A segunda fonte de receitas correntes é a arrecadação tributária, de Cr\$ 9,2 trilhões. Essa meta será alcançada prevendo-se crescimento zero da economia, manutenção da massa salarial, redução dos prazos de arrecadação e desindexação.

Em 1992, o Imposto de Renda deve proporcionar Cr\$ 5,26 trilhões ao Tesouro. Desse total, Cr\$ 323,6 bilhões provêm de pessoas físicas, Cr\$ 1,69 trilhão de pessoas jurídicas e Cr\$ 3,24 trilhões serão recolhidos na fonte.

Além do Imposto de Renda, o governo deve arrecadar Cr\$ 595,8 bilhões com o imposto sobre importação, dos quais Cr\$ 208 bilhões serão empregados na recu-

peração de rodovias. A estimativa para o imposto sobre Produtos Industrializados é de Cr\$ 2,63 trilhões.

Da receita total, a União pretende distribuir Cr\$ 37,9 trilhões para o orçamento fiscal e Cr\$ 13,4 trilhões para o orçamento da Seguridade Social.

Nesses dois orçamentos, as aplicações dos recursos esbarram em algumas restrições. Do total de receitas do Tesouro, cerca de Cr\$ 23,9 trilhões — equivalentes a 48% — são destinados à dívida pública. A seguir vêm as despesas com benefícios da Seguridade Social (Cr\$ 5 trilhões), gastos com pessoal (Cr\$ 4,9 trilhões), transferências a estados e municípios (Cr\$ 4,1 trilhões) e contrapartida de empréstimos externos (Cr\$ 301 bilhões). Os investimentos ficam com Cr\$ 3 trilhões.

O secretário de Planejamento do Ministério da Economia Pullen Parente explicou que Cr\$ 1,18 trilhão da receita total tem destinação obrigatória prevista na Constituição. Deduzidos os gastos com pessoal e encargos, ele observou que apenas 4% da receita total dispõe de livre programação. São recursos da conta "outros custeios e capital/recursos ordinários", no valor de Cr\$ 1,9 bilhão.

O governo federal repartirá suas despesas entre os três poderes. O Legislativo fica com Cr\$ 128,9 bilhões, dos quais Cr\$ 72,3 bilhões para a Câmara dos Deputados e Cr\$ 56,5 bilhões para o Senado. No âmbito do Judiciário, o Supremo Tribunal Federal recebe Cr\$ 12,6 bilhões. Outros Cr\$ 24,9 bilhões vão para o Superior Tribunal de Justiça, enquanto a Justiça do Trabalho absorve Cr\$ 159,7 bilhões.

Entre os ministérios que compõem o Executivo, o Trabalho e Previdência Social têm uma dotação de

DESPESA POR ÓRGÃOS			
Cr\$ 1.000,00			
(A preços de abril de 1991)			
Distribuição por órgãos	Tesouro	Outras fontes	Total
Câmara dos Deputados	72.345.965		72.345.965
Senado Federal	56.598.245		56.598.245
Tribunal de Contas da União	18.566.713		18.566.713
Supremo Tribunal Federal	12.644.253		12.644.253
Superior Tribunal de Justiça	24.944.293		24.944.293
Justiça Federal	110.311.039		110.311.039
Justiça Militar	5.444.033		5.444.033
Justiça Eleitoral	28.356.821		28.356.821
Justiça do Trabalho	159.755.146		159.755.146
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	12.835.006		12.835.006
Presidência da República	749.944.839	357.759.481	1.107.704.320
Ministério da Aeronáutica	521.113.561	168.638.968	679.752.529
Ministério da Agricultura e Reforma Agrária	722.649.517	92.943.480	815.592.997
Ministério da Ação Social	798.309.982	600.000	798.909.982
Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento	814.725.080	711.389.311	1.526.114.391
Ministério da Educação	1.069.681.187	209.592.168	1.279.273.355
Ministério do Exército	464.934.569	48.909.080	513.843.649
Ministério da Infra-Estrutura	884.701.022	198.103.720	1.082.804.742
Ministério da Justiça	117.120.653	29.841.006	146.961.659
Ministério da Marinha	367.535.564	194.698.176	562.233.740
Ministério Público da União	20.879.857		20.879.857
Ministério das Relações Exteriores	92.839.707	39.200	92.878.907
Ministério da Saúde	2.046.760.240	131.806.000	2.178.566.240
Ministério do Trabalho e da Previdência Social	8.321.400.777	185.493.656	8.606.894.433
Encargos financeiros da União	23.748.658.496		23.748.658.496
Encargos Previdenciários da União	1.497.492.472		1.497.492.472
Transferências a Estados, DF e Municípios	4.431.627.743		4.431.627.743
Operações oficiais de crédito	1.639.442.543		1.639.442.543
Entidades em extinção, dissolução ou privatização	10.562.453	6.904.754	17.467.207
Subtotal	48.822.181.776	2.326.719.000	51.148.900.776
Reserva de contingência	160.099.224		160.099.224
Total	48.982.281.000	2.326.719.000	51.309.000.000

Cr\$ 8,5 trilhões, dos quais Cr\$ 8,3 trilhões provenientes do Tesouro. A seguir, vem o Ministério da Saúde com Cr\$ 2,1 trilhões. Para os três ministérios militares, a despesa conjunta soma Cr\$ 1,75 trilhão.

Excluindo despesas com

pessoal, dívida e transferências constitucionais, o Congresso poderá realocar Cr\$ 16 trilhões dos gastos previstos para 1992. Essas mudanças, contudo, devem obedecer ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).